

Polícias também pedem benefício do teto salarial

Karla Correia
de Brasília

A elevação do teto salarial de delegados, agentes fiscais tributários e advogados do estado, incluída na proposta de emenda constitucional que altera regras da Previdência aprovada na Câmara no mês passado, animou outras categorias de servidores estaduais a batalharem pelo mesmo privilégio no Senado. Ontem, associações representantes das polícias militares estaduais, auditores fiscais, defensores públicos e procuradores uniram esforços e lotaram a Comissão de Assuntos Sociais da Casa para defender a sua inclusão no teto do Judiciário, equivalente a 90,25% do salário do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), hoje em R\$ 19,5 mil.

O movimento foi capitaneado pelas polícias militares estaduais, que querem ampliar ainda mais a cobertura do limite salarial do Judiciário. Para a presidente da Associação Nacional dos Delegados Federais, Edina Horta, o incremento do teto não vai implicar em despesa. "O aumento salarial vai dar dignidade ao homem da polícia", discursou exaltado.

Em uma demonstração de força, foram ao Senado acompanhadas de deputados oriundos dos batalhões da Polícia Militar, como Alberto Fraga (sem partido-DF) e Cabo Júlio (PMDB-MG) pedir a elevação de seu teto salarial. A precária si-

tuação financeira das polícias e os baixos salários pagos a seus efetivos foram os principais argumentos expostos aos senadores.

A mudança feita pela Câmara no texto originado do Senado dá poder de fogo das categorias para pressionar os governos estaduais por aumentos salariais. O impacto da medida na Previdência Social é estimado em R\$ 4 bilhões por ano.

No lado oposto da disputa, o peso da proposta aprovada na Câmara sobre as contas estaduais fez os governadores se unirem para pedir, no Senado, a supressão das mudanças. Há duas semanas, o governador do Ceará, Lúcio Alcântara (PSDB) entregou ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL) uma carta assinada por 11 governadores pedindo a retirada das modificações feitas na Câmara.

O documento afirma que caso a proposta seja mantida nos moldes aprovados pelos deputados, os estados passarão por "sérias e insuperáveis dificuldades de ordem fiscal, que tornarão inviável o cumprimento de obrigações financeiras dos governos".

O movimento de senadores pela derrubada das modificações feitas no texto já se fazia sentir logo após a aprovação da proposta na Câmara. O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP) deu sinais da resistência da Casa ao texto modificado pelos deputados. Renan Calheiros disse aos governadores que o Senado atuaria "com os olhos voltados para o equilíbrio fiscal do país e dos estados" e classificou as modificações como perulárias e irresponsáveis.

Um dos pais da proposta de emenda da Previdência, o senador Paulo Paim (PT-RS) defende a eliminação do aumento salarial proposto pela Câmara, e diz que o Senado não permitirá ampliação nos gastos da Previdência Social por conta da medida.

Mas diante da pressão dos policiais, os senadores foram mais amenos. O relator da matéria na Casa, Rodolpho Tourinho (PFL-BA) foi cuidadoso ao afirmar que a apreciação do texto não significará uma luta política entre as Casas.